

Crer e saber na educação: antagonismo ou convergência?

Anna Paula Mesquita¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo exortar profissionais da área da Educação para a reflexão sobre sua prática. O processo de aprendizagem é tema de inúmeras pesquisas científicas com abordagens psicológicas, neurológicas e metodológicas. Esta, porém, trata-se de uma abordagem filosófica. Como o aluno aprende? Eloquência, boa retórica, argumentação e oratória por parte do professor são suficientes para uma aprendizagem eficaz? Perguntar a si mesmo se o aluno aprendeu ou simplesmente acreditou em suas palavras é o início desta reflexão, que não se esgota neste presente texto. Saber e crer inseridos em aspectos educacionais precisam necessariamente ser antagônicos, ou há possibilidade de aproximação? Acaso não cremos em tudo o que pensamos saber? Acaso a sabedoria não deve se sobrepor ao simples “acreditar”? Ao estudarmos este assunto com pouca dose de reflexão, há o risco de confiarmos abundantemente em nossas palavras dotadas de erudição em detrimento do papel do aluno de acreditar no que lhe é ensinado.

Palavras-chave: Filosofia; Processo de aprendizagem; Filosofia da Educação

To believe and to know in education: antagonism or convergence?

Abstract: The aim of this article is to invite Education professionals to reflect upon their practice. The learning process is often a theme to scientific research with approaches in psychology, neurology, and methodology. This work, however, took a philosophical approach. How does the student learn? Are eloquence, good rhetoric, argumentation, and speech skills enough for the teacher to offer an efficient learning? To ask oneself if the student truly learned or simply believed in the spoken words is the beginning of this reflection, which will not run out in this text. In this sense, we also question if to know and to believe, in educational aspects, must be opposite or if they can converge. Do we not believe in all we know? Shouldn't knowledge override the act of believing? When studying this subject

¹ Professora na Rede Educacional Adventista. Graduada em Pedagogia – Universidade de Taubaté. E-mail: annapaula.franca@outlook.com

with a low dose of reflection we are at risk of trusting abundantly in our scholarly words instead of the student's role to believe in what is taught.

Keywords: Philosophy; Learning process; Philosophy of Education

A principal tarefa do docente é garantir o aprendizado de seus alunos. Logo, é interessante que haja uma reflexão sobre como será alcançado tal objetivo. Deve-se esperar que o aluno apenas creia nas palavras do professor ou deve haver um esforço para que ele saiba o que é ensinado? Se o aluno acredita, não sabe? Ou, para saber, não é necessário acreditar? Seria possível o crer e o saber sentarem juntos na sala de aula, ou para um entrar o outro precisa necessariamente sair?

O objetivo deste artigo é examinar o conceito de crer e saber definido por alguns filósofos, assim como o contexto em que tais definições foram dadas, a fim de responder à principal questão do texto: É possível haver uma conversa harmoniosa entre esses dois temas no aspecto educacional ou são eles essencialmente antagônicos?

Para tanto, o presente trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica dividida em três pontos. Primeiro, a ascensão do saber como razão que o distância do crer; segundo, o crer contrário à razão, ao ser confundido com o conceito de fé; e, por último, o possível diálogo entre crer e saber.

Saber perscrutado como razão

No século 7 a.C. o pensamento mítico ditava a interpretação do mundo. A existência de divindades explicava, em geral, a origem das coisas. A fonte da formação da cultura grega era as narrativas, lendas e histórias propagadas oralmente e que difundiam valores e costumes para a época. Questões a respeito dos fenômenos naturais ou origem do homem, por exemplo, eram explicados por meio do sobrenatural. Não obstante, os mitos também ofereciam uma dose de racionalidade, o que é possível constatar em Homero quando Ulisses tenta enganar os próprios deuses demonstrando uma racionalidade com vantagem em relação até à divindade. Conforme narra Goergem (2008, p. 25) "as divindades da natureza são enganadas pelo astuto Ulisses, que arma estratégias nos moldes de um sacrifício de veneração, os quais, na verdade, são planejados racionalmente". Trata-se então da raiz da filosofia mesmo vinculada ao mito.

Para Silva (2016) essa filosofia pré-socrática acaba colaborando com o declínio do pensamento mítico. Quando o mito não mais esgota as questões humanas e tranquiliza a necessidade de respostas do homem, a racionalidade conquista espaço. Nesse contexto, a origem e fundamento da natureza deveriam ser plausíveis à compreensão humana, e a explicação do propósito do homem seria admitida por meio de uma investigação na qual a fantasia daria lugar à razão.

Sócrates (470 a.C. a 399 a.C.) acentua essa busca e o uso da razão para alcançar respostas. Filho de um escultor e uma parteira, defensor de conceitos como isonomia e isegoria que revolucionaram a

areté da época, atribuía a todos a capacidade de chegar à razão, não buscando opiniões pessoais, mas o saber. O filósofo ateniense exortava e indagava as pessoas pelo diálogo, questionava seus supostos conhecimentos sem dar respostas prontas, e buscava a verdade que fosse passível de raciocínio. O objetivo desse método socrático de refutar o que até então as pessoas concebiam como certeza era encontrar ciência, definições universais e necessárias para as coisas. Como relata Platão, ao fazer isso Sócrates não queria apenas ter uma simples conversa,

Mas dialogar de modo a fazê-las tentar justificar os conhecimentos, as virtudes ou as habilidades que lhes eram atribuídos. Com esse objetivo inicial, levava o interlocutor a emitir opiniões referentes à sua própria especialidade. [...] Colocados à prova, muitos supostos talentos e muitas reputações de sapiência revelavam-se infundados e muitas ideias vigentes e consagradas pela tradição manifestavam seu caráter preconceituoso e sua condição de meros hábitos mentais ou simples construções verbais sem base racional (PLATÃO, 1972, p. 9).

Discípulo de Sócrates, Platão (427 a.C. a 347 a.C.) prossegue com a racionalidade, desenvolvendo a teoria das ideias. Ele defendia a existência de um mundo inteligível e um mundo sensível, de maneira a valorizar o inteligível, pois representava estabilidade, onde as ideias eram dadas pela razão e conhecimento verdadeiro. Já o sensível simbolizava todas as coisas captáveis pelos sentidos. Platão (1987, p. 319) elucida essa dicotomia da alma escrevendo sobre a ideia do Bem. “No mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível é ela a senhora da verdade e da inteligência”. Para o autor, o objeto do mundo inteligível, chamado também de mundo das ideias, era a intuição intelectual e o raciocínio dedutivo.

Outros filósofos antigos deixaram sua contribuição para a expansão da filosofia e o alcance da razão. Entretanto, não foi só na antiguidade que a busca pela razão foi necessária. Historicamente, já no século 17, o movimento cultural, econômico e político denominado Renascimento era provido de uma atmosfera intelectual que ansiava por respostas científicas, uma vez que crer em autoridades como a Bíblia e a Igreja já não mais calavam as perguntas dos questionadores da época.

Tudo é sacudido ou destruído: a unidade política, religiosa e espiritual da Europa, [...] a autoridade da Bíblia posta em confronto com os dados das novas descobertas científicas. [...] Se o homem europeu descobre que há ideias bem diversas das que vinham docilmente aceitando como únicas verdadeiras, e se passa a saber que há outros povos vivendo segundo padrões bem diferentes daqueles que lhe pareciam os únicos legítimos, é natural que se espraie uma vaga de descrença e de dúvida (DESCARTES, 1983, p. VIII).

Conforme afirma o autor acima citado, a crença cega em autoridades deu espaço a dúvidas e questionamentos devido a uma série de fatores históricos paralelos. A busca pelo conhecimento e pela razão tomou o lugar do que foi “docilmente” aceito por alguns homens. A dúvida, nesse contexto, é o combustível para o caminho da razão.

Para Locke (1999, p. 929) razão é “a faculdade do homem pela qual se supõe que ele se distingue dos animais e os ultrapassa em muito”. Em outras palavras, o autor eleva a função da racionalidade de explicar o homem, fenômenos naturais ou romper com o dogmatismo e autoridade da Bíblia e da Igreja, para a essência da humanidade do homem. Sem ela, segundo Locke, supõe-se que o homem seria igual a outro animal.

Crer elucidado como certeza contrária à razão

Etimologicamente, crer é um verbo cujo significado é tomar por verdadeiro ou acreditar em algo ou alguém. No âmbito da educação, pode ser defendido como antônimo de sabedoria, razão ou conhecimento. Nesse sentido, Locke (1999, p. 932) levanta uma importante questão educacional referente ao aprendizado dos alunos que apenas “supõem que assim seja por ter uma fé implícita em seus professores e uma confiança nessas formas de argumentação. Mas tudo isto é apenas crer, e não estar certo.”

O autor diferencia objetivamente o crer do “estar certo” tornando-os antagônicos e questiona se o trabalho docente está fundamentado na razão ou no crer. Incide ao professor duas opções: levar o aluno à razão ou fazê-lo acreditar em suas argumentações. Ao considerarmos essa última, o professor teria somente a necessidade de uma boa retórica, que significa para Platão (1987) persuadir com a disputa de argumento, na qual não há um esforço para atingir a razão.

Nessa perspectiva, o crer torna-se prejudicial à racionalidade. Ao crermos cegamente no que nos é apresentado, impossibilitamos nossa capacidade racional, como explana Descartes (1983, p. 33): “Aprendi a não crer demasiado firmemente em nada do que me fora inculcado, [...] livre-me de muitos erros que podem ofuscar a nossa luz natural e nos tornar menos capazes de ouvir a razão”.

Além disso, o crer seria também pessoal. Segundo Aquino (1999, p. 114) “para estarem seguros da vossa certeza, a qual sem erro reside em vocês, consulte a vossa certeza”. Ao declarar que a certeza reside em nós, o autor a caracteriza como individual e subjetiva. Logo, não há espaço para a razão que busca universalidade, uma vez que, a certeza de um pode não ser a do outro.

Locke (1999, p. 911) qualifica o crer como sinônimo de opinião e assentimento que obtemos por permitirmos ser persuadidos. Nas palavras do autor: “é o admitir ou receber qualquer proposição como verdadeira, em vista de argumentos ou provas que permitem persuadir-nos a recebê-la como verdadeiro sem o certo conhecimento de que o seja”.

Vale ressaltar que o crer como fé na revelação bíblica, era comum para alguns autores que, a despeito de buscarem a razão, reconheciam a Deus como autoridade, o que contribuía para distanciar o crer do saber. Escrevendo sobre Deus, Descartes (1983, p. 32) declara que “as verdades que para lá conduzem estão acima da nossa inteligência, não ousaria submetê-las à fraqueza de meus raciocínios”. Logo, trata-se de conceitos antagônicos: ou creio, ou sei. Pois, por maior esforço que haja para saber racionalmente, algumas verdades eram passíveis de serem cridas apenas, e não conhecidas.

Crer dialogando com o saber

A indagação do método socrático faz uso da ironia e da maiêutica, cuja finalidade é chegar ao estado de aporia para só então aprender. Apenas quando a pessoa estava sem saída para as questões que Sócrates levantava, iniciava-se a aprendizagem. O filósofo defendia a ideia de que a pessoa deveria se despir de tudo o que acreditava saber,

Mas o fato é que então acreditava, pelo menos, que sabia, e respondia de maneira confiante, como quem sabe, e não julgava estar em aporia. Agora, porém, já julga estar em aporia, e, assim como não sabe, tampouco acredita que sabe (PLATÃO, 2007, p. 59).

Segundo Sócrates, o crer está intimamente ligado com o saber: acreditamos naquilo que conhecemos ou julgamos conhecer, de modo que ele se esforçava para que as pessoas desacreditassem em seus conhecimentos e, despiendo-se do que julgavam saber, conseguissem adquirir, buscar e crer em novos conhecimentos.

Para Descartes (1983), precisamos de uma razão para acreditar, pois, se acreditássemos sem nenhuma razão, estaríamos enamorados de nossas próprias fantasias. Dessa forma, há um exercício independente da razão que dialoga com o crer, e não o exclui. Seguindo esse mesmo raciocínio, Santo Agostinho (1980, p. 395) ao declarar “creio em tudo o que entendo, mas nem tudo o que creio também entendo”, explica a ideia de que cremos em tudo o que entendemos como conhecimento, mas quando cremos em algo sem o entendimento, exercemos a fé, que é o crer independente da razão. Logo, o crer não é sinônimo de fé.

Aquino (1999, p. 111) explica que a certeza é essencial para o que sabemos ser verdade, certo, errado, bom ou ruim: “A questão da certeza é a questão capital da vida e da ciência da humanidade. Se não há nada de certo, não há verdade; não há bem nem mal: não há ciência, nem religião, nem filosofia, nem coesão social”. Assim, a certeza nos habilita a conhecer o que sabemos sobre as ciências, biologia, história, física, matemática e as demais áreas do conhecimento.

Considerações Finais

Historicamente, houve um esforço na busca e uso da razão para confrontar a autoridade da Bíblia, respostas infundadas ou sem reflexão e, até mesmo, conhecimentos antes aceitos. O anseio pelo saber descartava a ideia do crer, pois este já não se fazia suficiente, uma vez que o saber era sinônimo de razão.

Essa diferença se intensificou com o passar do tempo ao ponto de classificarmos o saber e o crer como antagônicos, pelo fato, por exemplo, da impossibilidade de comprovar-se algo cientificamente fazendo uso do crer. Não podemos defender uma tese fundamentada no que cremos. Logo, o crer perde a relevância nas relações educacionais que objetivam o saber e conhecimento. Vale ressaltar que, conforme explicitado ao longo deste trabalho, o crer pode ser confundido com a fé, entretanto, não

são sinônimos, uma vez que crer precede uma razão e, sem ela, encontramos a fé. Assim, a discussão em questão é sobre o crer que necessita de uma razão para acontecer.

Outro ponto que auxiliou no distanciamento entre o crer e o saber, foi a ideia de crer como certeza individual. A razão deve ser buscada como conhecimento verdadeiro e universal, não havendo espaço para o subjetivo. Esses dois conceitos, porém, não são antagônicos conforme julgamos com pouca dose de reflexão. Eles podem ser dialogados no âmbito educacional.

Nossos conhecimentos precisam ser acreditados por nós. Se não fosse assim, chamaríamos de conhecimento os nomes dos objetos, a sequência numérica, a lógica matemática e a própria alfabetização se não acreditássemos neles como tal? Sabemos como é a cor amarela e seu nome porque acreditamos ser assim. Chamamos de quatro o sucessor do três porque acreditamos ser assim. Acreditamos em autores, teorias, nomenclaturas e fórmulas. Acreditamos em todos os nossos conhecimentos, inclusive os subjetivos como a definição de família, amor e amizade que, para serem conhecidos, precisam ser acreditados como tal.

Por mais racional que seja o professor, seu método, estratégia e didática, o aluno precisa acreditar no que está sendo falado. Sendo assim, não há necessidade de contrapor os conceitos de aprender e acreditar. Não é errado o aluno acreditar em seu professor. Pelo contrário, ele precisa acreditar no professor e em suas palavras para então alcançar o saber. Se assim não fosse, seríamos incapazes de aprender, independente de qual fosse a fonte de conhecimento.

Dessa forma, o crer e o saber precisam andar associados na caminhada docente e o professor deve levar isso em consideração no planejamento de suas aulas para o sucesso do seu objetivo de ensinar e fazer o aluno chegar ao conhecimento. Um não pode excluir o outro. Mas, mesmo sabendo da importância do crer, questiona-se se ele é suficiente. O professor precisaria ir além de suas palavras para alcançar o aprendizado?

Sendo este um assunto que não se esgota no presente texto, é importante levantar a reflexão sobre o que consideramos ser educação e como ela ocorre. Compreender o aluno como um sujeito subjetivo, que tem a opção de acreditar ou não em suas palavras, deve fazer o professor buscar mais do que uma boa retórica para desenvolver suas aulas.

Referências

AGOSTINHO, S. **Confissões**: De Magistro. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

AQUINO, S. T. **Verdade e Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESCARTES, R. **Discurso do método**: Meditações, objeções e respostas; As paixões da alma; cartas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GEORGEN, P. De Homero e Hesíodo ou das origens da filosofia e da educação. In: SILVEIRA, R. J. T. e GOTO, R. (Org.) **Filosofia na escola**: diferentes abordagens. São Paulo: Loyola, 2008.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, v. 1.

LOCKE. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, v. 2.

PLATÃO. **Defesa de Sócrates**: Os pensadores. São Paulo: Victor Civita, 1972.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

PLATÃO. **Mênon**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SILVA, O. A. R. Safo de Lesbos: a experiência filosófica na poesia. In PACHECO, J. (Org.). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.